



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Itaúna/MG, 21 de maio de 2024.

Ofício nº 166/2024- Gabinete do Prefeito

Assunto: Encaminha Veto ao Projeto de Lei nº 114/2023.

Exmo. Sr. Presidente,

Encaminhamos-lhe as razões de veto, em anexo que, pelas disposições da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município de Itaúna, sentimo-nos compelidos a opor veto ao Projeto de Lei nº 114/2023, que *“Cria logomarca e slogan da Defesa Civil de Itaúna e dá outras providências”*

De oportuno reiteramos os protestos da mais alta consideração.

Atenciosamente,

NEIDER MOREIRA DE FARIA

Prefeito do Município de Itaúna

EXMO. SR.

NESVALCIR GONÇALVES SILVA JÚNIOR

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ITAÚNA – MG



RAZÕES DO VETO AO PROJETO DE LEI Nº 114/2023

Excelentíssimo Senhor **Presidente**, Excelentíssimos Senhores **Vereadores** e Excelentíssimas Senhoras **Vereadoras** da Câmara Municipal de Itaúna,

Dirijo-me a Vossas Excelências, com cordiais cumprimentos, para comunicar que, na forma do artigo 82, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 137, § 1º, inciso I do Regimento Interno dessa Câmara Legislativa, decido vetar integralmente o Projeto de Lei n.º 158/2023-CMI, o qual “*Cria logomarca e slogan da Defesa Civil de Itaúna e dá outras providências*” conforme motivos doravante expostos.

Na estrutura federativa brasileira, os Estados e os Municípios não dispõem de autonomia ilimitada para dispor sobre sua própria organização, inexistindo liberdade absoluta ou plenitude legislativa nessa matéria, prerrogativa só conferida ao poder constituinte originário.

Como consectário, por simetria, impõe-se a observância, pelos entes federados inferiores, dos princípios e das regras gerais de organização adotados pela União.

Raul Machado Horta¹ assevera:

“A precedência lógico-jurídica do constituinte federal na organização originária da Federação, torna a Constituição Federal a sede de normas centrais, que vão conferir homogeneidade aos ordenamentos parciais constitutivos do Estado Federal, seja no plano constitucional, no domínio das Constituições Estaduais, seja na área subordinada da legislação ordinária”.

Conforme o autor, essas normas centrais são constituídas de princípios e regras constitucionais, dentre os quais se sobressai o princípio da separação e harmonia entre os Poderes, com previsão permanente nas Constituições Republicanas, consagrado no artigo 2º da atual Constituição de 1988. E, na concretização desse princípio, a Constituição Federal previu matérias cuja iniciativa legislativa reservou expressamente aos Municípios, senão vejamos:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (grifo nosso)

¹ HORTA, Raul Machado. *Poder Constituinte do Estado-Membro*. In: Revista de Direito Público n.º 88, p. 5.



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Como se vê, o projeto de lei objeto do presente veto, dispõe sobre a logomarca e slogan da Defesa Civil de Itaúna, o que viola o padrão nacional vigente, **por se tratar de matéria privativa do Poder Executivo, sendo competência exclusiva da União e suplementar, do Executivo Município tal iniciativa.**

O presente projeto de lei é verticalmente incompatível com nossa sistemática constitucional, por conseguinte padece de vício de iniciativa, eis que modifica e institui logomarca nacional estabelecida conforme veremos a seguir.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional do Governo Federal, define de forma clara e objetiva a logomarca e slogan da Defesa Civil, bem como instituiu cartilha de MANUAL DE USO DE SUA MARCA o qual segue em anexo e pode ser consultado no sítio: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/sinpdec/Manual_defesa_civilV3.pdf/.

Importante destacar ainda que, por padronização internacional, o triângulo equilátero representa união de forças, enquanto a cor laranja significar o calor humano e a solidariedade, não havendo dúvidas de que, como tal, a iniciativa parlamentar ora apresentada, ainda que revestida de boas intenções, é inconstitucional.

A presente proposição invadiu a esfera da gestão administrativa, que cabe exclusivamente ao Poder Executivo, seja na sua independência discricionária de auto-organização, seja com pelo impacto direto na execução dos atos de governo de planejamento, direção, organização, o que caracteriza a violação da premissa constitucional de separação dos poderes.

Assim, não compete a esta respeitável Casa Legislativa a conveniência e oportunidade dessa espécie exclusiva de ato, posto que representaria interferência imediata no poder discricionário do Poder Executivo, bem como modificaria LOGOMARCA NACIONALMENTE PADRONIZADA.

Não há dúvidas que a matéria apresentada no Projeto de Lei em questão está inserida no rol daquelas sujeitas à iniciativa privativa da União, em relação as quais não é dado ao Poder Legislativo local imiscuir-se, situação que implica flagrante violação à separação dos Poderes.

Por estas razões e fundamentos apresento Veto Total ao PL nº 114/2023 que “*Cria logomarca e slogan da Defesa Civil de Itaúna e dá outras providências*” diante dos graves vícios retromencionados.

Nesta oportunidade, manifesto a V. Exas. protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Itaúna/MG, 29 de janeiro de 2024

NEIDER MOREIRA DE FARIA

Prefeito do Município de Itaúna